

Apresentação

Um caminho introdutório pela educação popular: epistemologias, diálogos e saberes

A educação popular é uma concepção de educação. Sua pedagogia tem como ponto de partida e chegada os sujeitos dos processos educativos, que participam dela como protagonistas históricos e coletivos e que constroem autonomia em processo. A efetiva vivência da educação popular traz consigo a “re-construção” da teoria, dos sujeitos, do coletivo e, como consequência, da vida. Esta coletânea, em *dois volumes*, tem por objetivo apresentar reflexões teóricas e práticas com base na educação popular que, com suas epistemologias, dialoga com os saberes e as múltiplas lutas sociais.

Como concepção de educação, como proposta pedagógica e metodológica, a educação popular traz consigo uma epistemologia, que é construída e reconstruída organicamente. Uma epistemologia aberta ao diálogo, às múltiplas relações e manifestações sociais. Pode-se e deve-se, em sua organicidade, concebê-la, assim, em uma multiplicidade dialogal de epistemologias. A educação popular é uma concepção de educação, possuindo, assim, linhas teóricas gerais, que são dadas pela participação da humanidade como protagonista, como construtora individual e coletiva de autonomia em processo. Por esse seu viés central, se percebe que ela está solidamente embasada. E esta solidez demarca a educação popular também como integrante de uma concepção de mundo, de sociedade e não por último de um modo de produção; se apresenta como um paradigma emancipatório comprometido com o mundo da vida e suas múltiplas interfaces. Está assim intimamente ligada às e é proveniente das realidades sociais de uma maioria da população excluída. A educação, pela via da concepção e práxis pedagógica da educação popular passa a se transformar organicamente em processo de construção de subjetividades individuais e coletivas pela via da autonomia em processo, consequentemente de caminho para a inclusão econômica, social, ambiental e nos campos mais diversos do mundo vivencial. Propõe ainda a superação do bancarismo pedagógico, seja na escola, seja fora dos muros escolares, percepção do trabalho para além da produção de mais valia e, consequentemente, a superação da exploração do ser humano pelo homem, da injustiça de gênero, da exploração da natureza, busca pelo bem viver, enfim, pela vida em todas as suas formas que são, assim, constituintes e integrantes dos processos de educação popular.

O ser humano passa a ser constantemente um desafiador pelo caminho da educação popular. Ele é sempre discente e docente simultaneamente, seja na escola, seja no cotidiano vivencial. Mulheres e homens são, assim, aprendentes e ensinantes, mas, atentos à rigurosidade epistemológica que exige o protagonismo orgânico de todos/as os/as participantes dos processos educativos, em todos os momentos da vida, em um ambiente pedagógico em que a autonomia individual e coletiva seja construída em processo.

O diálogo é elemento fundamental na educação popular. O diálogo com o 'igual' e com o diferente. Nesse diálogo que a concepção pedagógica da educação popular é construída e reconstruída. Pelo diálogo com o diferente, a educação popular procura interfaces com outras concepções de mundo, com outros modos de produção e reprodução da vida, mas não como enfrentamento e, sim, fiel à sua concepção pedagógica e teórica, com amorosidade, aberta ao acolhimento ético. O diálogo com o 'igual', pode se dar com concepções pedagógicas e lutas sociais que possuem arcabouço epistemológico comum com a educação popular e que, por vezes, se reconstroem pelo arcabouço teórico da educação popular, assim como contribuem com a epistemologia da educação popular. No diálogo com o 'igual' que não deixa de ser diferente, com suas individualidades e coletividades. que procuramos agregar os esforços aqui apresentados.

Acreditamos que uma das contribuições desta coletânea pode estar no diálogo construtivo, que dá voz protagonista às lutas coletivas de resistência e de reconstrução da sociedade em um caminho que protagoniza os/as participantes como sujeitos de sua história em construção. Assim, os capítulos procuram dar voz aos diferentes matizes da educação popular, em uma sintonia dialogal que, por sua vez, "re-constrói" as epistemologias da educação popular e não por último, pode ter a força de potencializar uma sociedade em que todas as formas de vida possam ter as necessárias condições vivenciais, pelas quais todas e todos nós lutamos.

Nos capítulos que seguem, a educação popular está em diálogo com diferentes saberes. O encontro dialogal se realiza com paradigmas e métodos de produção de conhecimento, com os fundamentos epistemológicos e sociais em suas mais diversas matrizes, com as contribuições de Paulo Freire, com a sistematização de experiências, com a formação humana integrada à vida material, com o trabalho, com o materialismo histórico, com os movimentos e organizações sociais e com a sua percepção como método possível. Ainda, com as concepções de mundo indígenas, com os povos originários, com o *buen vivir*, com a decolonialidade, com a interculturalidade e a multiculturalidade, com a tradição oral, com as culturas locais, com o renascer cultural,

com as resistências territoriais, com a terra, com os movimentos de luta pela terra e por direitos, com os saberes populares, com as classes populares e com a luta de classes. Ademais, se expressa na atualidade, com os caminhos de superação e resistência perante a sindemia aguçada pela pandemia vivida no cotidiano do tempo presente. Mas, também, com a importância e contribuição da narrativa ancestral, com a teologia, com a mística, com a política, com a libertação, com a luta das mulheres, com a igualdade e justiça de gênero, com a educação do campo, com uma educação popular do campo, com a educação ambiental, com o trabalho docente, com o discente, com a etnomatemática, com a Universidade, com a escola, com o cotidiano, com a cooperação e o cooperativismo, com a extensão rural, com a pedagogia da alternância, enfim, com as educações e os dilemas dos mil povos – com a vida material e imaterial. E todos esses matizes dialogam entre si, de forma multidimensional, complexa, holística, evidenciando os saberes do coletivo, os saberes populares, oriundos do diálogo entre o cotidiano histórico vivencial e as epistemologias.

É preciso ainda referir que os textos estão todos em sintonia com a concepção pedagógica da educação popular, contudo, representam as posições dos autores e autoras, e, por isso, às vezes contraditórios entre si. Essas contradições são respeitadas pelo diálogo do coletivo, essência da educação popular. Como obra coletiva, os capítulos apresentam também o atual estágio de elaboração teórica de cada individualidade com as suas vivências e complexidades próprias.

O educador popular e sociólogo peruano/costarriquenho Oscar Jara traz a sua contribuição no primeiro capítulo do *primeiro volume* do livro, intitulado “Paradigma e métodos de produção de conhecimento na educação popular freireana: a contribuição da sistematização de experiências”. Jara apresenta os processos de educação popular muito para além de um método e de técnicas. Para ele, a educação popular é uma filosofia, é um paradigma ético, político e pedagógico emancipatório. Percebe esse paradigma centrado na solidariedade, que se expressa no sentido ético da vida, na construção política de outras relações de poder, fundamentando e orientando a pedagogia como processo dialógico, crítico, horizontal e transformador, em que os sujeitos construam uma sociedade com relações democráticas em todos os campos e níveis da vida social. A partir desta fundamentação epistemológica primeira da educação popular, apresenta métodos, técnicas e procedimentos libertadores, percebendo a sistematização de experiências como uma forma particular de produzir conhecimento pelo paradigma da educação popular.

No texto “A educação popular como método de aprendizagem por meio dos movimentos sociais”, Liria Ângela Andrioli, Ronaldo César Darós e Walter Frantz

estudam a educação popular como um método possível, ou seja, como um caminho para a construção da autonomia. Contrapõe a educação popular aos ditamos da sociedade capitalista, percebendo-a como método de aprendizagem por meio dos movimentos sociais. Percebem que como método, se apresenta na forma de um saber sistematizado, como uma prática refletida na construção e reconstrução de conhecimentos, pela tríade ação-reflexão-ação.

Do diálogo entre o não indígena Marcos José de Aquino Pereira e dos indígenas dos povos Pankararu e Tariana Geovane Diógenes da Silva, Guanilce Falcão Soares e Pedro Manoel da Silva Santos é escrito o texto “Diálogos decoloniais, interculturais e entre epistemologias dos povos originários: a VI Semana dos estudantes indígenas da UFSCar”. Trazem a semana dos estudantes indígenas como espaço de educação popular que permite o diálogo intercultural dos povos originários entre si e destes com os não indígenas. Percebem o evento vivenciado em práxis como um espaço de resistência, possível com a mediação de tecnologias informacionais em um contexto de pandemia e, nessa tessitura, se percebem como insurgência decolonial e intercultural, contribuindo com a valorização dos conhecimentos dos povos indígenas e reforçando as identidades dos povos originários no ambiente universitário.

Com o texto “A narrativa como memória de experiências”, Aline Praça Bernar traz as narrativas como episódios do passado ressignificados no presente. Diferencia o tempo cronológico do tempo da narrativa. Apresenta o diálogo da narrativa com a experiência, percebendo a narrativa como memória de experiências, exemplificando a partir de mulheres narradoras de suas próprias histórias de vida, marcadas pela negação da alfabetização. E na pesquisa com as mulheres infere a pesquisa narrativa como metodologia possível.

Em uma análise da vivência da Juventude Indígena Goj Ki Pyn, a professora Nádia Teresinha da Mota Franco, juntamente com as estudantes indígenas da etnia Kaingang Viviane Kellen Vygte Barão e Elizandra Fygsanh Freitas percebem e registram um renascer cultural Kaingang com o texto “O renascer cultural como expressão da educação que brota do seio da organização social Kaingang da Terra Indígena Rio das Cobras”. As autoras enfatizam que a Terra Indígena Rio da Cobras está marcada pela intervenção do Estado em sua tradição cultural. Contudo, com a mudança de orientação legal, se está superando a fase da assimilação em direção ao respeito à diferença cultural. E essa nova conjuntura contribui para a organização do Coletivo da Juventude Indígena Goj Ki Pyn, que revitaliza a cultura e os conhecimentos Kaingang a partir da oralidade, esta, por sua vez, base para a multiplicação dos saberes tradicionais.

A resistência perante o aguçar abissal da exclusão provindo das medidas drásticas de contenção do contexto pandêmico é abordada por Renato Simões Moreira e Yaçanã Torres do Amaral Sant'Anna a partir do ensino básico público com a elaboração "O contexto pandêmico e as astúcias das classes populares". Autor e autora analisam experiência vivencial de uma rede pública municipal da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, partindo da estratégia desenvolvida pela Secretaria de Educação na implementação de um modelo de ensino remoto com vistas a permitir o acesso à escola aos estudantes sem acesso regular à internet. Utilizando o paradigma indiciário e os quotidianos densos buscam os rastros que conduziram às táticas desenvolvidas no cotidiano da educação pública, percebendo que, mesmo durante a pandemia as classes populares mantiveram o desejo de ter a garantia do acesso contínuo à escola e em um contexto adverso pela busca primeira da sobrevivência.

O saber da ancestralidade indígena em diálogo com a ciência no combate à pandemia é a essência do estudo da representante do povo Kaingang Jocelaine de Oliveira juntamente com suas coautoras Amanda Gollo Bertollo, Adriana Remião Luzardo e Zuleide Maria Ignácio no texto intitulado "População indígena e seus saberes tradicionais no enfrentamento da covid-19". Mostram o cenário epidêmico-biológico como desafiador para os povos indígenas, sendo estes drasticamente afetados. Contextualizam a história dos povos indígenas pelas políticas de saúde para os indígenas no Brasil, culminando com a premência pandêmica. Em uma análise mais aprofundada demonstram que os saberes tradicionais indígenas estão associados com a história e a ancestralidade de cada povo e que benzimentos, rituais e uso de plantas medicinais foram reavivados no combate à covid-19.

Paulo Alfredo Schönardie e Claudete Beise Ulrich, com o texto intitulado "A educação popular em diálogo com a teologia política, mística e feminista de Dorothee Sölle: um aprendizado teológico educativo na luta pela terra", tem como propósito central apresentar os aspectos da teologia política, mística e feminista de Dorothee Sölle e suas relações com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a educação popular. Apresentam Sölle como uma teóloga comprometida com os desafios sociais e políticos de seu tempo histórico. Neste comprometimento humanizador Sölle segue caminho junto com o movimento de luta pela terra, consequentemente de luta por direitos, tomando posição, ressignificando assim, a teologia, a mística e a luta feminista como processos educativos populares em práxis.

A historicidade da Teologia da Libertação em diálogo com a mística do MST, transcendendo a luta pela terra, é trazida por Regis Clemente da Costa no texto "A Teologia da Libertação e a mística no MST: a luta que transcende a terra". O autor apoia

suas pesquisas em fontes documentais do MST e da Igreja Católica e em estudos teóricos com a teorização Gramsciana em uma de suas bases. Infere que a Teologia da libertação contribui para a vivência e a prática da mística do MST com vistas a luta pela terra e à transformação social.

O primeiro volume é encerrado com o texto “Estudo do estado de conhecimento: o ‘ser professor/a’ na perspectiva da educação popular”, de autoria de Guilherme Sousa Machado, Tiago Zanguêta de Souza e Gercina Santana Novais, que partem do referencial freireano problematizador e libertador, objetivando analisar o perfil e as funções do/a educador/a popular vinculado/a à escola. Apontam que educadores e educadoras com perfil formativo e de práxis da educação popular, problematizam os contextos escolares em que atuam, ou seja, comprometem-se com práticas culturais de autonomia e libertação. Por fim, evidenciam que a educação popular é vivenciada em todos os espaços educativos, também na escola.

A “Educação popular e sua relação com a formação humana integrada à vida material: elementos ontológicos e epistemológicos” é tecida por Joaquim Gonçalves da Costa no capítulo de abertura do segundo volume da obra. O autor traz um exame analítico de aproximação da educação popular com a perspectiva materialista da história. Tece interrelacionar a educação popular com a formação humana integrada à produção e reprodução da existência e vida material das classes populares. Nessa tessitura aponta elementos e princípios ontológicos e epistemológicos que dão identidade à educação popular como fundamento para o político-pedagógico e este visto como potencialidade utópica, a partir de um projeto de devir histórico dos sujeitos que vivem do trabalho.

Com o texto “A pedagogia freiriana: uma reflexão materialista sobre a realidade vivida como ponto de partida das ações pedagógicas”, Jóyce Nürnberg propõe explicitar momentos de organização das ações pedagógicas na pedagogia freireana, bem como evidenciar alguns pressupostos materialistas presentes na obra Pedagogia do Oprimido. Percebe que por esse caminho o ponto de partida das ações pedagógicas se dá pela problematização, visando superar relações opressoras e a consciência ingênua.

A importância da mística na experiência de vida das mulheres agricultoras é evidenciada por Lira Ângela Andrioli e Walter Frantz no texto “A mística na experiência de vida das mulheres agricultoras”. A mística é apresentada como elemento fortalecedor e impulsionador da luta das mulheres agricultoras. Pela mística percebem o inédito viável, e, conseqüentemente, de mudança de vida. A mística é entendida como uma expressão coletiva de transcendência e em sua manifestação traz consigo a resistência.

A presença dos sujeitos do campo e indígenas na universidade é trazida por Cristiano Augusto Durat, Marciane Maria Mendes e Solange Toderro Von Onçay no texto intitulado “A presença indígena na universidade sob a perspectiva da educação popular”. Destacam a inclusão dos sujeitos da educação do campo, mais especificamente indígenas na educação superior o que, por sua vez, modifica o próprio território do ensino superior. São novos sujeitos políticos que trazem seus percursos a partir de princípios epistemológicos da educação popular.

Antônio Inácio Andrioli aproxima diálogos entre a educação popular e a educação ambiental no capítulo intitulado “A epistemologia da educação popular em diálogo com a educação ambiental”. Percebe a relação entre produção de valor e necessidades humanas como fundamental para a sustentabilidade ambiental. Esta, como contraditória no modo de produção capitalista. Nessa tessitura, cria diálogo entre a educação popular e o materialismo histórico e dialético. E, na perspectiva de uma educação ambiental popular, visualiza dimensão política de unificar sujeitos atingidos por tecnologias de caráter destrutivo da natureza, podendo daí emergir um novo processo de construção de consciência.

Perceber um possível diálogo entre a etnomatemática e a educação libertadora é o que propõe Emilly Vicente de Freitas e Janine Moreira com o texto “Etnomatemática e educação libertadora: um possível diálogo”. Partem da educação matemática que no Brasil possui histórico crítico-problematizador. Aproximam epistemologicamente os pensadores brasileiros, o educador popular Paulo Freire e o etnomatemático Ubiratan D’Ambrósio. Em sua análise, percebem confluências entre os pensamentos de Freire e D’Ambrósio no que se refere à prática crítica e à constituição do ser humano histórico e cultural, derivando-se daí epistemologias semelhantes, que podem se reforçar mutuamente.

A cooperação é destaque na abordagem “Os meandros do cooperativismo e da educação popular: divisando o Programa de Cooperativismo nas Escolas (PCE) nas Regiões Fronteira Noroeste e Missões do Estado do Rio Grande do Sul”, realizada por Celso Gabatz e Rosângela Angelin. A partir de uma abordagem crítico-reflexiva, analisam as experiências de cooperativismo nas escolas pelo olhar da educação popular. Percebem o PCE como contribuição na construção dos sujeitos escolares, como contribuição crítica e reflexiva, com base nas vivências e dificuldades de grupos sociais de pertença, com seus problemas e suas relações.

O pesquisador Paulo Alfredo Schönardie, com o capítulo intitulado “A educação popular do campo como essência de uma extensão rural dialógica”, complexifica as práticas de extensão rural a partir dos conceitos de educação popular do campo,

campesinato, paradigmas agrários, prática de Tschajanow e do pensamento de Freire, indicando caminhos de busca por um modelo de extensão rural enraizado na perspectiva pedagógica da educação popular do campo. Percebe o processo educativo da extensão rural pelo modelo dialógico, libertador, pelo protagonismo do campesinato. Observa conclusivamente que praticando a extensão rural pela pedagogia popular do campo, a condição camponesa se afirma.

O último capítulo do livro é escrito por Arlete Maria Pinheiro Schubert e Carlos Rodrigues Brandão, intitulado “Educações e dilemas na terra dos mil povos”. A partir de pesquisa com o povo Tupinikim e da escuta dos demais povos indígenas, expressam os desafios dos processos educativos indígenas em seus movimentos das lutas territoriais. Ponderam os movimentos educativos que emergem do confronto com os projetos desenvolvimentistas. Nessa conjuntura, percebem ontologias e epistemologias emergidas dos movimentos em sua originalidade de interações entre coletivos humanos e não humanos, baseados em uma memória ancestral mítica e histórica que, por sua vez, colocam novos desafios aos processos populares de educação.

Com as educações dos mil povos, abre-se ainda mais o diálogo da educação popular com o passado, o presente e o futuro. Instaure-se o pensamento indagante, de jamais concluir. Estamos diante de uma multiplicidade de práticas educativas genuínas, ainda muitas vezes não percebidas, mas que tem em comum uma essência de movimento com a presença da historicidade de sujeitos e coletivos, que com suas interações pacíficas, dialogais, reconstroem a educação e a história. Nós somos parte desse processo. Os capítulos estão nesse diálogo. E, lançamos o convite ao leitor, à leitora para participar dialogicamente.

Paulo Alfredo Schönardie – Três de Maio/RS

Claudete Beise Ulrich – Vitória/ES

Liria Ângela Andrioli – Laranjeiras do Sul/PR

No inverno de 2022.